



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE REFERÊNCIA

Síntese do Tipo de Demanda: Serviços de administração e gerenciamento de frota com manutenção preventiva e corretiva, implanta do por meio de gestão de frota

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência visa descrever detalhadamente a pretensão de **contratação de empresa especializada nos serviços de administração e gerenciamento de frota com manutenção dos veículos**, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado e integrado de gestão de frota, por meio de cartão eletrônico com chip ou cartão com tarja magnética, a fim de viabilizar o pagamento das despesas com manutenção, junto à rede credenciada de oficinas e concessionárias, compreendendo os serviços de mecânica geral, fornecimento de peças e acessórios para veículos da frota do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará a fim de atender as necessidades do Poder Judiciário Cearense, com vigência de 36 (trinta e seis) meses, nos termos e quantidades adiante detalhados.

1.1.1. Quadro resumido do objeto:

ITEM	LOTE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	TAXA DE ADM (%)
1	ÚNICO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA COM MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.	SERVIÇO	-

1.1.2. Quadro de anexos:

ANEXO	DESCRIÇÃO
I	VALOR ESTIMADO
II	RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS A SEREM ATENDIDOS
III	QUANTIDADE MÍNIMA DE OFICINAS CREDENCIADAS
IV	TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO
V	TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO
VI	TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO
VII	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)
VIII	MAPA DE RISCOS

- 1.2. Os quantitativos indicados são meramente estimativos, não gerando para a TJCE a obrigação de pagamento por quantidades não solicitadas.
- 1.3. Os serviços objeto da contratação são caracterizados como comuns, uma vez que podem ser especificados de forma objetiva – por padrões usuais do mercado.
- 1.4. Ocorrendo divergência entre o descritivo dos itens no Termo de Referência e quaisquer outros documentos relacionados à possível contratação ou mesmo em seus Anexos ou no sistema eletrônico no qual ocorrerá a licitação, prevalecerá o descritivo constante neste Termo de Referência.
- 1.5. É prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, desta maneira, conforme as devidas justificativas abaixo, fica vedada a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio.
 - 1.5.1. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica pelo fato de que a futura contratação é considerado objeto perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, sendo que é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação fiscal, trabalhista e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.
 - 1.5.2. A vedação sob a forma de consórcio não implicará nenhum prejuízo à competitividade por não envolver objeto de alta complexidade técnica ou relevante vulto, sendo possível a execução por empresas que, isoladamente, preencherem os requisitos do edital, desse modo, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade e economicidade.
 - 1.5.3. A medida adotada com relação à vedação à participação de consórcios para o caso concreto do presente certame, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam fornecer os produtos, reduziria o universo da disputa no número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.

2. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo original de vigência da contratação pretendida é de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da última assinatura do contrato, sendo permitida a prorrogação, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.1.1. Para a definição do prazo de vigência foram considerados a natureza do serviço demandado, as complexidades e exigências do objeto, os riscos envolvidos, bem como as peculiaridades do mercado, identificando-se que o prazo assegura maior estabilidade na prestação do serviço, buscando sempre as vantagens advindas da economia de escala e do menor custo envolvido.
 - 2.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o TJCE demanda a utilização diária e ininterrupta de sua frota de veículos para o cumprimento de suas funções institucionais, tais como o deslocamento de magistrados, servidores, oficiais de justiça e materiais. A manutenção preventiva, corretiva e a substituição de peças são essenciais para garantir a segurança, a disponibilidade e a integridade da frota, tornando o serviço indispensável para o pleno funcionamento e o bom andamento das atividades diárias do órgão.
 - 2.1.3. Tal cenário caracteriza o serviço como contínuo, conforme definição do inciso XV do art. 6º

da Lei nº 14.133/2021, que o conceitua como aquele “cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da administração pública”. Além disso, a contratação integrada de administração e gestão de frota proporciona maior economicidade, flexibilidade operacional, otimização de recursos e celeridade nas manutenções, evitando a paralisação prolongada dos veículos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na referida Lei.

- 2.2. Este Termo de Referência, seus anexos, bem como o Contrato oferecerão maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, é essencial para a execução das atividades rotineiras das unidades do Poder Judiciário, pois busca garantir a plena disponibilidade, segurança e regularidade da frota de veículos oficiais. A gestão integrada da frota, com manutenção preventiva, corretiva e substituição de peças, é crucial para que os serviços de transporte e deslocamento institucional possam funcionar com capacidade, agilidade e padrão de qualidade adequados. Essa estrutura oferece uma logística bem equipada e funcional, contribuindo diretamente para a eficiência operacional e a continuidade dos trabalhos, explicações devidamente expostas nos Estudos Técnicos Preliminares que antecederam este Termo de Referência.
- 3.2. Conforme constante nos Estudos Técnicos Preliminares, tal atendimento encontra amparo inclusive no Planejamento Estratégico do Tribunal e Plano Anual de Contratação (PAC) sob o número **RDP-SEADI-2026-465**.
- 3.3. A fundamentação da contratação, incluindo o detalhamento da necessidade que dá suporte aos quantitativos requisitados, encontra-se descrita e detalhada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.4. A contratação também está em total alinhamento com os princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que preconiza, entre outros, os princípios da economicidade, eficácia e desenvolvimento sustentável. A contratação proposta visa maximizar o uso eficiente dos recursos públicos, garantindo excelente custo-benefício ao longo de sua vida útil, minimizando desperdícios e gastos futuros com manutenção.
- 3.5. Ressaltamos que a composição do objeto da licitação em lote único se deu em virtude das especificações e do modelo de execução do serviço, estando a manutenção e o fornecimento de peças diretamente vinculados, sendo avaliado como negativa a sua desvinculação, aumentando-se os riscos de ininterrupção dos serviços, conforme maiores esclarecimentos no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 4.1. Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, a prestação dos serviços pretendida é essencial e garante a manutenção das atividades do TJCE, já que se relaciona diretamente com a atividade-meio do TJCE, pois diz respeito à manutenção de condições adequadas de transporte, logística e segurança da frota própria do TJCE, o que é essencial para a continuidade e eficiência da prestação dos serviços atribuídos ao TJCE.
- 4.2. A prestação de serviço objeto deste Termo de Referência permite que sejam mantidas as condições de segurança e operação da frota de veículos do TJCE, de modo a entregar condições para os

trabalhos requeridos e para a boa prestação jurisdicional, por decorrência.

- 4.3. A solução proposta alinha-se aos princípios da Lei nº 14.133/2021, como economicidade, eficiência, transparência e sustentabilidade. Esses princípios orientam o uso adequado dos recursos públicos, garantindo o melhor custo-benefício e promovendo práticas sustentáveis.
- 4.4. O serviço objeto deste Termo de Referência se mostra apto a resolver a necessidade de manutenção preventiva e corretiva para a frota própria do TJCE, imprescindível para assegurar o pleno e contínuo funcionamento das atividades, garantindo atendimento adequado às unidades internas que demandam os serviços. Além disso, possibilita maior rapidez e eficiência na execução do transporte institucional, mantendo os veículos disponíveis, pelo período estimado de vigência contratual, garantindo a eficiência e a continuidade das atividades do TJCE.
- 4.5. A contratação pretendida compreende a prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos oficiais do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE). O modelo adota a implantação e operação de um sistema informatizado e integrado (via web/browser), com utilização de cartões eletrônicos (com chip ou tarja magnética) por veículo/condutor, intermediando os pagamentos junto à rede credenciada de oficinas e concessionárias.
- 4.6. Ciclo de Vida do Objeto:
 - 4.6.1. Planejamento e transição inicial: compreende o alinhamento de diretrizes entre o TJCE e a Contratada, cadastro inicial no sistema de dados da frota, condutores, além da validação de amostra/sistema em ambiente de testes antes da operação.
 - 4.6.2. Implantação operacional: deve ocorrer até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, envolvendo a parametrização do software de gestão, confecção e entrega dos cartões magnéticos/eletrônicos para toda a frota, fornecimento de acessos e treinamentos para os gestores e usuários do TJCE, bem como a validação da rede de oficinas credenciadas para garantir o atendimento inicial exigido, dentre outros.
 - 4.6.3. Execução: Dentre outros, envolve:
 - 4.6.3.1. Operacionalização diária do sistema, envolvendo o credenciamento contínuo e manutenção da rede de oficinas e serviço de guincho/reboque na Capital, Região Metropolitana e Interior;
 - 4.6.3.2. Emissão de comprovantes, relatórios gerenciais e acompanhamento de limites e saldos operacionais;
 - 4.6.3.3. Recebimento de demandas e envio de devolutivas com soluções personalizadas e adequadas ao serviço necessário, com opções de oficinas credenciadas, inclusive com cotação, via sistema;
 - 4.6.3.4. Comunicação rápida e contínua com a Unidade Demandante;
 - 4.6.3.5. Realização das manutenções, com peças originais/novas; aplicação das garantias legais dos serviços/peças fornecidas; e a
 - 4.6.3.6. Aferição contínua do desempenho da prestação, por parte do TJCE, por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), garantindo o pagamento proporcional à qualidade das entregas.
 - 4.6.4. Encerramento: Ao final do contrato (ou em caso de rescisão), deve ocorrer a etapa de transição, para que os serviços não sejam descontinuados, inclusive exigindo-se a transferência/exportação de toda a base de dados histórica acumulada no período para o TJCE em formatos editáveis/abertos, prestação de contas final e quitação das medições pendentes.

5. REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO

- 5.1. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve possuir aptidão para a execução dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com objeto deste Termo de Referência.

- 5.2. Capacidade e disponibilidade para emitir notas fiscais de serviços.
- 5.3. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve alocar nas atividades somente trabalhadores com vínculos formais e necessariamente segurados do Instituto Nacional de Seguridade Social.
- 5.4. A **PRESTADORA DE SERVIÇO S** deverá utilizar somente as formas juridicamente válidas para a vinculação dos trabalhadores e promover sua gestão de modo responsável, com atendimento pleno das normas e direitos trabalhistas e prevenção de riscos e acidentes de trabalho;
- 5.5. Nos casos de atividades, ou parte delas, controladas ou de exercício mediante autorização prévia, caberá à empresa a regularização e obtenção de respectiva(s) licença(s) ou registro(s);
- 5.6. Comprovar, como condição prévia à emissão de nota de empenho, e para a manutenção do citado instrumento, o atendimento das seguintes condições:
 - 5.6.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18, de 13 de setembro de 2024;
 - 5.6.2. Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;
- 5.7. Se aplicável, a prestadora deverá comprovar o cumprimento da política de empregabilidade prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

6. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 6.1. Os serviços abrangem a administração e gerenciamento de frota com manutenção dos veículos, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado e integrado de gestão de frota, por meio de cartão eletrônico com chip ou cartão com tarja magnética, inclusive possibilitando a definição de perfis de acesso, comunicação de incidentes, eliminação e devolução de dados a fim de viabilizar o pagamento das despesas com manutenção, junto à rede credenciada de oficinas e concessionárias, compreendendo os serviços de mecânica geral, fornecimento de peças e acessórios para veículos da frota do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- 6.2. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias úteis a partir da data da última assinatura do contrato.
- 6.3. Os serviços abrangem o fornecimento e aplicação de materiais e equipamentos de responsabilidade da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, necessários aos objetivos dos serviços, respeitadas as atividades e periodicidades relacionadas.
- 6.4. Os serviços serão considerados executados com a máxima qualidade pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS** desde que atenda à seguinte frequência de atividades e condições:
 - 6.4.1. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá realizar o credenciamento de novos estabelecimentos, conforme a necessidade do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de solicitação da **CONTRATANTE**.
 - 6.4.2. Cabe a **PRESTADORA DE SERVIÇO** garantir que no estabelecimento credenciado haja comunicado em local de fácil visualização informando a aceitação do cartão magnético.
 - 6.4.3. Deverá ser emitido um cartão eletrônico com chip ou cartão com tarja magnética para cada veículo cadastrado, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do cadastro no sistema

de gerenciamento, sem custo adicional para a CONTRATANTE, mesmo que seja por motivo de roubo, extravio, perda, defeito, inutilização ou qualquer outro motivo similar.

6.4.4. O cartão eletrônico com chip ou cartão com tarja magnética deverá conter, no mínimo, as informações:

6.4.4.1. Modelo do veículo;

6.4.4.2. Cor do veículo;

6.4.4.3. Placa do veículo;

6.4.4.4. Tipo de combustível;

6.4.4.5. Número do cartão;

6.4.4.6. Identificação da CONTRATANTE;

6.4.4.7. Identificação da PRESTADORA DE SERVIÇOS.

6.5. A PRESTADORA DE SERVIÇOS apresentará alternativa para realização de manutenções geral do início da contratação até a implantação completa do sistema.

6.6. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá implantar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, o serviço de administração e gerenciamento de manutenção geral da frota do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com o fornecimento de sistema informatizado, operacionalizado via browser, e cartão eletrônico com chip ou cartão com tarja magnética para toda a frota do TJ/CE, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE, que habilitará os usuários para aquisição de produtos e serviços junto as oficinas credenciadas pela PRESTADORA DE SERVIÇOS.

6.7. A implantação do sistema pela PRESTADORA DE SERVIÇOS compreende:

6.7.1. Cadastramento e registro dos veículos;

6.7.2. Cadastramento dos usuários e motoristas;

6.7.3. Credenciamento de rede de atendimento;

6.7.4. Identificação visual e divulgação da rede de oficinas;

6.7.5. Alimentação e parametrização dos limites operacionais de autorização de despesas nos cartões dos veículos cadastrados;

6.7.6. Implantação e parametrização dos sistemas tecnológicos;

6.7.7. Confecção e distribuição de cartões;

6.7.8. Treinamento de usuários e gestores;

6.7.9. Recadastramento da frota quando necessário e agrupamento dos veículos por conjunto de afinidade.

6.7.10. A rede de estabelecimentos credenciada deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.

6.7.11. Cada condutor terá um login e senha de utilização para a execução de qualquer operação realizada na rede de oficinas credenciadas, pela PRESTADORA DE SERVIÇOS, sendo de responsabilidade da mesma a solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.

6.7.12. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha de forma on-line e instantânea, 24 (vinte e quatro) horas por dia, de domingo a domingo.

6.8. O estabelecimento deverá possuir a funcionalidade para verificar no local o saldo de cada cartão magnético antes da realização dos serviços. Caso haja erro na transação o estabelecimento

credenciado deverá informar ao usuário o motivo para a tomada das medidas necessárias seja pela PRESTADORA DE SERVIÇOS ou pela CONTRATANTE.

- 6.9. O sistema deverá permitir para cada veículo um limite de crédito a ser determinado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através do fiscal do contrato, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do mesmo, e que deverá ser renovado automaticamente no dia 1º de cada mês.
 - 6.9.1. A definição e disponibilização do "limite de crédito" no sistema e nos cartões constituem mera parametrização operacional e teto de autorização prévia de gasto, não configurando, sob nenhuma hipótese, repasse, transferência antecipada de fundos ou adiantamento de valores pelo TJCE à CONTRATADA ou à rede credenciada.
 - 6.9.2. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados exclusivamente após a efetiva prestação dos serviços de manutenção/fornecimento de peças, devidamente comprovados por notas fiscais/faturas atestadas, medição pelo Instrumento de Medição de Resultados (IMR) e recebimento definitivo pelo TJCE, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 6.10. O saldo remanescente do cartão do mês anterior não será acumulado ao mês seguinte.
- 6.11. Os serviços de manutenção realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da PRESTADORA DE SERVIÇOS.
- 6.12. A rede de oficinas credenciada deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.
- 6.13. O sistema para o cartão gestão frota deverá emitir comprovante da transação da prestação do serviço, independentemente da solicitação do condutor, contendo as informações a seguir:
 - 6.13.1. Identificação da Oficina (nome e endereço);
 - 6.13.2. Identificação do veículo (placa);
 - 6.13.3. Hodômetro do veículo no momento execução do serviço;
 - 6.13.4. Tipo de serviço utilizado;
 - 6.13.5. A data e hora da transação;
 - 6.13.6. Valor da operação;
 - 6.13.7. Identificação do condutor;
- 6.14. O software de Gestão, os Equipamentos Periféricos e os Cartões da PRESTADORA DE SERVIÇOS, compreendem, no mínimo:
 - 6.14.1. Registro informatizado dos dados dos serviços de manutenção;
 - 6.14.2. Disponibilidade para consulta via Internet, no momento que efetuar a operação;
 - 6.14.3. Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específica por veículo;
 - 6.14.4. O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão, identificação do usuário no momento da transação.
- 6.15. Os equipamentos necessários para operação do sistema deverão ser disponibilizados pela PRESTADORA DE SERVIÇOS sem qualquer ônus para o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- 6.16. A PRESTADORA DE SERVIÇOS terá prazo de até 48 horas para realizar alterações no Sistema e responder às solicitações em caso de pedido do fiscal do contrato, ou gestor do contrato.
- 6.17. O sistema de gerenciamento permitirá o cadastro dos usuários diferenciados em níveis de acessos, que possibilitem dentre as funcionalidades básicas do sistema no mínimo:
 - 6.17.1. Realizar o cadastro dos veículos, condutores e demais usuários;

- 6.17.2. Identificar, em tempo real, as transações realizadas de veículo cadastrado;
- 6.17.3. Alterar os limites disponíveis em cada cartão;
- 6.17.4. Bloquear/Liberar os diversos tipos de serviços;
- 6.17.5. Emitir os relatórios administrativos, financeiros e operacionais (sintéticos e analíticos).
- 6.18. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá disponibilizar acesso ao Software de Gestão dos serviços executados compatível ao modelo definido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- 6.19. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através do Gestor do Contrato, estabelecerá o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Software de Gestão a cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.
- 6.20. Após ser declarada vencedora, a futura PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá disponibilizar, em até 10 (dez) dias úteis, amostra do modelo do cartão, bem como disponibilização do sistema de gerenciamento, em ambiente de teste, igual ao que será disponibilizado ao TJCE durante o período contratual, para aferição dos parâmetros requisitados.
- 6.21. Os relatórios disponibilizados pela PRESTADORA DE SERVIÇOS deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:
 - 6.21.1. Relação dos veículos por placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação;
 - 6.21.2. Histórico das operações realizadas pela frota (data, hora, identificação da oficina, identificação do condutor e do veículo, hodômetro do veículo no momento da execução dos serviços, tipo de combustível, valor unitário por serviço, ou peça, valor total de operação em reais e saldo);
 - 6.21.3. Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
 - 6.21.4. Relação de gastos realizados por tipo (mão de obra e serviços);
 - 6.21.5. Despesas realizadas por município, quando necessário;
 - 6.21.6. Relação mensal contendo a identificação do valor a ser pago a PRESTADORA DE SERVIÇOS;
 - 6.21.7. Relatório consolidado dos custos por veículo (analítico e sintético), envolvendo os custos de manutenção em um determinado período de tempo;
 - 6.21.8. Os relatórios deverão ter a opção para download em formato de texto (.pdf, .doc, .docx, .odt, ou similar) ou planilha (.xls, .xlsx, .ods, ou similar).
- 6.22. Todos os relatórios deverão permanecer no sistema durante todo o período contratual.
- 6.23. Todas as atividades previstas deverão ser realizadas, em regra, no horário das 00:00 até as 23:59, de domingo a domingo, atendendo também peculiaridades de horários extraordinários, que serão previamente ajustados pelas partes, mediante flexibilização da prestação de serviços.
- 6.24. Quanto ao reboque, deverá ser do tipo plataforma hidráulica para evitar danos aos veículos. Deve cobrir a Região Metropolitana de Fortaleza, e demais cidades do Estado do Ceará, em caso de acionamento. Além disso, deverá comparecer num prazo máximo para o guincho chegar ao local de 90 minutos em Fortaleza e Região Metropolitana).
- 6.25. A contratada deverá fornecer reboque tipo plataforma, com acionamento via central 24h, garantindo a remoção do veículo até a oficina credenciada mais próxima
- 6.26. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá distribuir e gerenciar horários dos seus recursos humanos de forma a não extrapolar a jornada máxima legal.

7. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. Os locais de prestação dos serviços serão realizados na Capital Fortaleza, Região Metropolitana e no Interior do Estado do Ceará, e sempre ampliado de acordo com a necessidade da contratante, conforme cidades no **anexo II – Relação de municípios à serem atendidos**.
- 7.2. A CONTRATADA deverá ter, no mínimo:
- 7.2.1. 8 (oito) oficinas mecânicas credenciadas para carros e 5 (cinco) oficinas mecânicas de motos num raio máximo de 10 km (dez quilômetros) da sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, situado na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, S/N, Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéba, Cep: 60.822-325, Fortaleza/CE.
- 7.2.1.1. O raio de 10 km a partir da sede do TJCE foi definido com base na concentração geográfica da frota oficial, cuja maior parte tem base operacional em Fortaleza e na Região Metropolitana, especialmente no entorno do Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, em Cambéba. A frota atual é composta por 62 (sessenta e dois) veículos, com aproximadamente 90% (noventa por cento) alocados em unidades localizadas na Capital e Região Metropolitana. Esse perímetro assegura o atendimento tempestivo das demandas de manutenção preventiva e corretiva, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos veículos. A exigência de, no mínimo, 8 (oito) oficinas para automóveis e 5 (cinco) para motocicletas visa assegurar pluralidade de fornecedores e competitividade na prestação dos serviços, evitando a dependência de um único estabelecimento e garantindo alternativas de atendimento em casos de indisponibilidade ou de serviços simultâneos, sem que isso configure restrição injustificada à participação no certame.
- 7.2.2. A quantidade mínima de oficinas indicada no **Anexo III** deste TR nas seguintes cidades: Aquiraz, Boa viagem, Viçosa e Camocim.
- 7.3. Pode ocorrer mudança de endereço na mesma cidade, sem que este tipo de ajuste determine impacto modificativo no preço dos serviços.
- 7.4. Caso eventual modificação de endereço ou estrutura determine impacto no quantitativo dos serviços, far-se-á a respectiva adequação de valor.
- 7.5. Internamente no endereço de prestação de serviços, a PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá direcionar seus trabalhadores aos locais onde sejam necessárias as atividades, não havendo garantia de localização única ou exclusiva para a PRESTADORA DE SERVIÇOS ou seus trabalhadores.

8. SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação:
- 8.1.1. A não admissão da subcontratação garante o controle total sobre o cumprimento das especificações, prazos e qualidade do objeto contratado, eliminando riscos de falhas por intermediários;
- 8.1.2. A execução integral por uma única empresa facilita a fiscalização e o acompanhamento técnico do contrato ou instrumento equivalente, promovendo uma gestão mais eficiente e simplificada do processo;
- 8.1.3. Essa medida se alinha aos princípios de economicidade, transparência e eficácia, previstos no art. 5º da referida lei, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos;
- 8.1.4. Ao não permitir subcontratações, a responsabilidade pela execução total do contrato ou

instrumento equivalente recai diretamente sobre o fornecedor contratado, minimizando riscos de falhas contratuais e assegurando a qualidade na entrega final.

9. GARANTIA LEGAL E MANUTENÇÃO

- 9.1. O prazo mínimo de garantia dos serviços prestados é aquele estabelecido no artigo 26 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), incorporando prazo maior se houver agregação de produtos por responsabilidade da PRESTADORA DE SERVIÇOS e houver prazo superior estabelecido pelo fabricante, bem assim se constar em algum outro documento da contratação ou de oferta comercial pública ou relacionada à contratação prazo maior oferecido pela PRESTADORA DE SERVIÇOS.
- 9.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos serviços pela própria PRESTADORA DE SERVIÇOS.
- 9.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados nos serviços ou sua degradação acelerada dentro do período garantido, compreendendo, caso couber, o refazimento, realização de ajustes, reparos e correções necessárias e mesmo substituição de produtos, materiais ou insumos que se mostrem impróprios ou sem condições de utilização.
- 9.4. As peças sob responsabilidade da PRESTADORA DE SERVIÇOS que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 9.5. Uma vez notificada, a PRESTADORA DE SERVIÇOS realizará a reparação ou substituição dos itens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até (15) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da notificação.
- 9.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do TJCE.
- 9.7. Decorrido o prazo para refazimentos, reparos e substituições, sem o atendimento da solicitação do TJCE e sem apresentação de justificativa plausível pela PRESTADORA DE SERVIÇOS, fica o TJCE autorizado a contratar empresa diversa para atender às necessidades de refazimento, reparação, ajustes ou as substituições que se façam pertinentes, bem como a exigir da PRESTADORA DE SERVIÇOS o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda das garantias vigentes e sem prejuízo da aplicação de penalidades à PRESTADORA DE SERVIÇOS por descumprimento do compromisso de garantia.
- 9.8. Os custos incorridos na contratação de terceiros e na substituição de peças ou materiais, por decorrência de garantia não atendida no prazo notificado, serão devidos e cobrados a PRESTADORA DE SERVIÇOS que desatender ao prazo de atendimento da garantia, podendo ser descontados diretamente de créditos que esta tenha junto ao TJCE ou mesmo obtidas por meio das garantias financeiras prestadas na contratação, quando exigidas.

10. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

- 10.1. Além dos parâmetros específicos de sustentabilidade intrinsecamente vinculados ao tipo de objeto contratual, a PRESTADORA DE SERVIÇOS deve estar em conformidade com exigências que fomentem a adoção de boas práticas destinadas a otimizar o uso de recursos, reduzir a incidência de desperdícios, mitigar a poluição e considerar atentamente as preocupações de cunho social.
- 10.2. Estes critérios englobam:

- 10.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, visando à proteção da saúde e do meio ambiente.
- 10.2.2. Substituição de substâncias tóxicas por alternativas atóxicas ou de menor toxicidade, garantindo a segurança dos trabalhadores e a preservação ambiental.
- 10.2.3. Adoção de práticas que promovam a racionalização e economia no consumo de energia elétrica e água, contribuindo para a redução dos impactos ambientais.
- 10.2.4. Treinamento e capacitação periódicos dos empregados, com foco em boas práticas de redução de desperdícios, poluição e considerações sociais, visando ao desenvolvimento sustentável.
- 10.2.5. Implementação de programas de reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados, reduzindo o impacto ambiental e fomentando a inclusão social.
- 10.3. Dessa forma, a PRESTADORA DE SERVIÇO não apenas se compromete com a sustentabilidade ambiental, mas também com o bem-estar da sociedade, cumprindo requisitos que abrangem tanto aspectos ecológicos quanto sociais.

11. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO DA FORNECEDORA – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- 11.1. O IMR tem por objetivo medir a conformidade da prestação dos serviços. A aplicação de pontuação e descontos obedecerá ao princípio da proporcionalidade (art. 5º da Lei 14.133/2021), garantindo que:
 - 11.1.1. Falhas leves resultem em impacto leve;
 - 11.1.2. Falhas médias resultem em impacto moderado;
 - 11.1.3. Falhas graves resultem em impacto maior.
- 11.2. O preço fixado para a prestação dos serviços se refere à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução contratual que atenda, mesmo que parcialmente, os objetivos contratados sem a máxima qualidade, importará pagamento proporcional pelo realizado, seguindo os critérios definidos neste instrumento e constantes dos anexos.
- 11.3. Tais ajustes visam assegurar o recebimento dos objetos, mesmo diante de eventuais imperfeições em sua execução, com a dedução prevista no artigo 144 da Lei nº 14.133/21, promovendo-se pagamento proporcional ao realizado, de modo a evitar superfaturamento e locupletamento.
- 11.4. Entretanto, eventuais falhas e descumprimentos contratuais verificados, seja por não estarem nas previsões ou faixas de admissibilidade dos instrumentos de medição de resultados, seja por se situarem no nível mínimo destas, serão devidamente apurados em processos administrativos próprios, podendo resultar em aplicação de penalidade, sem prejuízo de possível rescisão deste(a) contratação.
- 11.5. Após concluída a prestação dos serviços, o representante do TJCE apresentará à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** o instrumento “Medição de Resultados”, conforme modelo contido no **anexo VII** deste Termo, que conterá, no mínimo:
 - 11.5.1. Número do processo administrativo que deu origem à presente contratação;
 - 11.5.2. Número da contratação;
 - 11.5.3. Partes Contratuais;
 - 11.5.4. Síntese do objeto;
 - 11.5.5. Listagem de ocorrências e medições;
 - 11.5.6. Fator percentual de aceitação e remuneração dos serviços.

11.6. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve avaliar com atenção os impactos prováveis do instrumento “Medição de Resultados”, na forma do **Anexo VII** deste Termo de Referência, ante a qualidade esperada dos seus serviços e respectivos impactos financeiros, de modo a precificar com responsabilidade, pois não haverá flexibilização de medições ou de valores a serem pagos.

12. OBRIGAÇÕES DA PRESTADORA DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO OBJETO

12.1. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e no Edital, seus anexos e na sua proposta, assumindo os seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 12.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), reconhecendo desde já a aplicabilidade desta legislação específica no fornecimento detalhado neste instrumento;
- 12.1.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 12.1.3. Comunicar ao TJCE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.1.4. Garantir que o insumo fornecido será recolhido e substituído, sem ônus para o TJCE, caso ele não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos;
- 12.1.5. Efetuar a troca do produto, caso ele deteriore, mesmo em condições ambientais adequadas de estocagem;
- 12.1.6. Entregar o objeto dentro do prazo estipulado, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na quantidade solicitada;
- 12.1.7.
- 12.1.8. Atender prontamente o representante do TJCE com vista às substituições dos materiais que tenham sido recusados pela Administração;
- 12.1.9. Manter à frente pessoa qualificada, para representá-lo junto à fiscalização;
- 12.1.10. Adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a segurança, qualidade e a quantidade de serviços executados;
- 12.1.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responder por danos causados diretamente a terceiros ou ao TJCE, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução;
- 12.1.12. Assumir toda a responsabilidade pelos custos diretos e indiretos, encargos/tributos, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, adicionais de insalubridade, periculosidade, taxas, taxas de administração, fretes, carga e descarga, seguros, deslocamentos de pessoal, embalagem, validade/e ou garantia, contribuições fiscais e parafiscais, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a entrega dos materiais;
- 12.1.13. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;

- 12.1.14. Exigir que seus trabalhadores mantenham um comportamento cortês, profissional e empático durante o atendimento aos usuários internos e externos. Isso inclui uma comunicação clara, respeitosa, protocolarmente adequada e amigável, independentemente do canal utilizado;
- 12.1.15. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas para redução de desperdícios;
- 12.1.16. Apresentar mensalmente ao TJCE a documentação referente à regularidade com os pagamentos e compromissos assumidos relacionados à execução dos serviços;
- 12.1.17. Manter absoluto sigilo quanto às informações e documentos acessados direta ou indiretamente por meio de seus trabalhadores;
- 12.1.18. Promover a destinação final ambientalmente adequada para rejeitos decorrentes das atividades desempenhadas neste contrato;
- 12.1.19. Manter, durante todo o período de duração do contrato, disponibilidade para atendimento administrativo presencial de apoio a contratada por representante, e providências documentais e procedimentais na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará - ou em cidade vizinha com a qual faça fronteira desde que o deslocamento de automóvel da sede do TJCE até o endereço da PRESTADORA DE SERVIÇO em horário comercial indique tempo inferior a 1 (uma) hora (o que pode ser confirmado pelos aplicativos Google Maps, Waze ou similar), devendo comprovar essa condição em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, através de comprovantes de endereço usuais (contas de água, energia, internet, etc.). Tendo em vista a natureza desta contratação, que envolve contingente de pessoal alocado fora da sede de sua TJCE, a base de apoio na cidade de Fortaleza mostra-se imprescindível para uma boa execução contratual e sobremodo amparo às necessidades dos trabalhadores.

13. OBRIGAÇÕES DO TJCE EM RELAÇÃO AO OBJETO

- 13.1. O TJCE deverá cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e seus anexos e ainda:
 - 13.1.1. Fornecer à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, dados completos e atualizados dos veículos e condutores, bem como quaisquer informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.
 - 13.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços, verificando se estão sendo cumpridas as especificações previstas no edital e contrato de forma satisfatória.
 - 13.1.3. Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao responsável da Contratada e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo.
 - 13.1.4. Responsabilizar-se pelo recolhimento do comprovante do serviço e da correspondente nota fiscal/fatura de cada transação efetuada.
 - 13.1.5. Designar representante, por meio de ato oficial, para acompanhar a execução do contrato, durante a sua vigência, de acordo com as regras previstas na Lei Federal n. 14.133/2021.
 - 13.1.6. Encaminhar as notas fiscais/faturas correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, devidamente atestadas, mensalmente, para a liberação de pagamento.
 - 13.1.7. Empenhar os valores de medição atestados pelo Serviço de Apoio Logístico da Diretoria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, e efetuar o pagamento dos montantes decorrentes da prestação de serviços, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da fatura/nota fiscal, acompanhada das certidões de regularidade.

- 13.1.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas e imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, sob pena de aplicação de sanções a serem fixadas neste instrumento.
- 13.1.9. Comunicar à CONTRATADA, imediatamente, qualquer acréscimo, substituição ou retirada de veículos da frota do Tribunal de Justiça.
- 13.1.10. Requerer à CONTRATADA, em caso de extravio ou dano ao cartão, a emissão de novo cartão, sem custo adicional para a CONTRATANTE, e o cancelamento do cartão extraviado ou danificado.
- 13.1.11. Requerer o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos em caso de alienação ou retirada de circulação.
- 13.1.12. Informar, imediatamente, à CONTRATADA, o furto, roubo, extravio, falsificação ou fraude do cartão destinado ao veículo credenciado.
- 13.1.13. Identificar, junto a CONTRATADA, os funcionários que serão usuários do sistema com poderes para administração e acesso às informações, bem como se responsabilizar pela comunicação prévia, para os casos de demissão, férias ou transferência de lotação desses servidores.
- 13.1.14. Solicitar a substituição dos estabelecimentos credenciados que executarem os serviços em desconformidade contratual.
- 13.1.15. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fornecerá a CONTRATADA, o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e identificação das respectivas áreas que os mesmos estão alocados, contendo: tipo da frota; placa; marca; modelo; chassi; tipo de combustível; ano de fabricação do veículo; lotação (unidade e código do centro de custo); capacidade do tanque; hodômetro; nome, registro funcional e unidade dos condutores; base operacional.
- 13.1.16. Promover reuniões, quando necessário ou quando solicitadas pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, de modo a garantir alinhamento informativo e técnico, assim como qualidade da execução e o domínio dos processos e resultados.

14. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 14.1.A execução do objeto desta contratação será acompanhada por pessoas designadas pertencentes à DIRETORIA ADMINISTRATIVA, representante(s) do TJCE, definido(s) como Gestor e Fiscal(is) desta contratação, que manterá(ão) comunicação com o representante indicado pela PRESTADORA DE SERVIÇOS, denominado PREPOSTO.
- 14.2.A PRESTADORA DE SERVIÇOS designará formalmente o PREPOSTO da empresa, na forma do modelo do **Anexo IV (Termo de Nomeação de Preposto)**, que deverá se manter acessível e disponível para tratamento das questões executivas desta contratação por todo o período de realizações contratuais, podendo a PRESTADORA DE SERVIÇOS nomear mais de um PREPOSTO para o encargo.
- 14.3.As comunicações entre o TJCE e a PRESTADORA DE SERVIÇOS devem ser realizadas por escrito, preferencialmente de forma eletrônica e concentradamente pelo representante legal da empresa ou preposto da PRESTADORA DE SERVIÇOS.
- 14.4.A fiscalização poderá ser efetivada por amostragem e com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem esta contratação como um todo.
- 14.5.A fiscalização da execução será efetuada pelo fiscal técnico, que acompanhará a entrega e exigirá que sejam cumpridas todas as exigências relacionadas ao fornecimento, de modo a assegurar os

melhores resultados para o TJCE.

- 14.6.A fiscalização técnica deve avaliar, através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), observado o **anexo VII** do Termo de Referência, a qualidade e condições da entrega e recebimento dos objetos, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 14.7.A fiscalização técnica deve monitorar a qualidade dos objetos entregues em cotejo com as especificações deste Termo de Referência, devendo intervir para requerer à PRESTADORA DE SERVIÇOS a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.8.Poderão ser exigidos documentos comprobatórios e evidências da PRESTADORA DE SERVIÇOS, para confrontar com a proposta e detalhamentos deste Termo de Referência em busca da conferência de adequação.
- 14.9.A fiscalização abrange, ainda, as seguintes verificações específicas nos serviços prestados:
- 14.9.1. **Pontualidade:** Fiscalização de possíveis atrasos.
- 14.9.2. **Atendimento e Conformidade Operacional:** Avaliação do atendimento prestado. Verificação de boa conduta, exigindo sempre a realização do serviço com cordialidade, ética, honestidade, realizando condução segura, de modo a evitar constrangimentos durante o trajeto.
- 14.10.A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da PRESTADORA DE SERVIÇOS, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou não, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do TJCE ou de seus agentes.
- 14.10.1.Tratando-se de equipamentos, materiais, insumos ou quaisquer outros alcances fornecidos pelo TJCE para a realização das atividades, deverá a PRESTADORA DE SERVIÇOS avaliar a adequação dos mesmos e solicitar substituição, quando inadequados, não sendo admitido associar a falta de qualidade destes ao resultado dos serviços, vez que o conhecimento técnico mais apurado e responsabilidade pelas entregas finais de serviços são da PRESTADORA DE SERVIÇOS.
- 14.11. A fiscalização do TJCE anotar no histórico desta contratação todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, podendo exigir da PRESTADORA DE SERVIÇOS acompanhamento e participação nos registros e restando esta obrigada a tal.
- 14.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico deste(a) contratação emitirá notificações para a correção da execução do objeto contratado, determinando prazo para a correção, sem prejuízo de promover o sancionamento porventura cabível.

15. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 15.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal desta contratação, às custas da PRESTADORA DE SERVIÇOS, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 15.2. Em caso de constatação de desvios executivos ou defeitos que comprometam a qualidade do objeto, bem como má fé da PRESTADORA DE SERVIÇOS, esta fica obrigada a corrigir ou complementar os serviços imediatamente, contados a partir da notificação encaminhada pelo TJCE.
- 15.3. Recebimento provisório:

15.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos responsáveis pela fiscalização do serviço, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, e a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos e na Proposta, com base no termo constante no **Anexo V – Termo de Recebimento Provisório**, devendo encaminhá-los ao responsável pelo recebimento definitivo.

15.3.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de conclusão dos serviços oriunda do contratado, acompanhada de comprovação da prestação dos serviços a que se referem.

15.3.2. Para efeito de recebimento provisório:

15.3.2.1. Será apurado o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste instrumento, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada;

15.3.2.2. Será verificada, no que couber, a manutenção da idoneidade trabalhista e previdenciária.

15.3.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito em relação ao mesmo período ou conjunto de serviços, com a entrega do último.

15.3.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.5. O pagamento não será encaminhado e nenhum prazo de pagamento contará enquanto haja pendência de recebimento ou indicação de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

15.3.6. O recebimento e aceitação dos serviços, não excluirá a responsabilidade civil da PRESTADORA DE SERVIÇOS pela qualidade, durabilidade, solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do este(a) contratação.

15.4. **Recebimento definitivo**

15.4.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após confirmação das características e verificação da qualidade e quantidade dos serviços, assim como atendimento das demais obrigações contratuais, sendo expedida a competente aceitação, mediante termo circunstanciado.

15.4.2. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, será realizado pelo gestor desta contratação, conforme termo constante no **Anexo VI – Termo de Recebimento Definitivo** e é condição para iniciar a contagem do prazo de pagamento.

15.4.3. O gestor desta contratação analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à PRESTADORA DE SERVIÇOS, por escrito, as respectivas correções.

15.4.4. Podem ser recusados serviços integral ou parcialmente, a critério do TJCE, e toda informação divergente deste(a) contratação e fato gerador para a recusa será formalmente

registrada e comunicada à PRESTADORA DE SERVIÇOS.

15.4.5. A recusa da nota fiscal poderá ser feita devido à ausência de documentação exigível que deveria acompanhá-la, negativa por parte da PRESTADORA DE SERVIÇOS de promover a substituição ou de emissão de cartas de correção, ou mesmo por conta de demais não conformidades ocorridas durante as etapas do processo de recebimento que não tenham sido corrigidas.

15.5. Em caso de recebimento parcial da nota fiscal, poderá disponibilizar os serviços parcialmente recebidos e atestados para utilização. Contudo, será estabelecido um prazo à PRESTADORA DE SERVIÇOS para solução do problema. Caso a PRESTADORA DE SERVIÇOS não resolva a pendência até o prazo estipulado, o TJCE procederá com a instrução de pagamento da nota fiscal à PRESTADORA DE SERVIÇOS, com a glosa referente aos quantitativos e/ou serviços não entregues ou não conformes.

16. CRITÉRIO DE PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos itens, desde que apresentada anteriormente a respectiva nota fiscal, devidamente atestada, e manutenção da validade das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas para contratação.

16.1.1. Constatada a situação de irregularidade da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou apresente justificativa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TJCE.

16.1.2. Persistindo a irregularidade, o TJCE poderá adotar as medidas necessárias à extinção deste(a) contratação, bem como a possibilidade de contratação de remanescente.

16.2. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do TJCE, não será extinto o este(a) contratação com a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** inadimplente.

16.3. A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do TJCE conforme sua indicação, de acordo com a fonte de recursos indicada na nota de empenho.

16.4. Nenhum pagamento isentará a PRESTADORA DE SERVIÇOS das suas responsabilidades e obrigações assumidas.

16.5. O TJCE não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro custo não previsto na proposta e nos documentos que parametrizam a presente contratação.

17. DESCONTOS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Conforme descrito neste Termo de Referência, os valores a serem pagos à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** pelas execuções havidas corresponderão à medição dos resultados auferidos, impondo glosas (descontos) em relação ao não entregue ou recebido, seja quantitativamente, seja qualitativamente, nos termos instituídos neste(a) contratação, neste Termo de Referência e nos anexos, em especial no Instrumento de Medição de Resultados.

17.2. Para descumprimentos ou execuções que extrapolem os limites de aceitabilidade do **Instrumento de Medição de Resultado (Anexo VII deste TR)**, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei 14.133/21.

17.3. A(s) sanção(ões) e penalidade(s) a que fizer(em) jus a Contratada serão aplicadas nos termos do

que estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021, Título IV, Capítulo I (das Infrações e Sanções Administrativas).

- 17.4. As notificações de multas e sanções são de responsabilidades da Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres do TJCE, que receberá da unidade administrativa responsável e gestora do contrato os relatórios com as ocorrências insatisfatórias que comprometam a execução do termo de contrato.
- 17.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, oportunizando-se defesa prévia ao interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vistas ao processo.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. A PRESTADORA DE SERVIÇOS prestará garantia de execução do contrato, conforme artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco) sobre o sobre o valor anual do contrato e com abrangência temporal equivalente à duração do contrato acrescida de 90 (noventa) dias.
- 18.2. A parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.
- 18.3. Em contratos que haja sido exigida garantia, à execução dos serviços não poderá ser iniciada antes de confirmada a garantia prestada.
- 18.4. Demais cláusulas em relação à garantia da contratação constarão no contrato.

19. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

19.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

19.1.1. O PRESTADOR DE SERVIÇOS será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do **critério de julgamento MAIOR DESCONTO, representado pela MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (podendo ser fixada em percentual positivo, zero ou negativo/desconto)**, sobre os valores cobrados pelos serviços:

19.1.1.1. A taxa de administração ofertada deverá ser suficiente para cobrir os custos de operação, gestão do sistema, suporte, estrutura tecnológica e demais obrigações contratuais. A Administração poderá solicitar documentos que comprovem a viabilidade econômico-financeira da proposta, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

19.1.1.2. A contratada não poderá transferir o desconto ofertado ao TJCE, total ou parcialmente, para os estabelecimentos credenciados. O desconto deve incidir sobre a margem da gerenciadora, não sobre o valor do serviço/produto da ponta.

19.1.1.3. Não serão aceitas “taxas de administração” maiores do que a média apurada na pesquisa de mercado demonstrada no presente Termo de Referência.

19.1.1.4. Poderão ser ofertadas “taxas de administração” menores que zero (desconto sobre o valor dos serviços).

19.1.1.5. Considerando que o sistema de pregões eletrônicos utilizado pelo Tribunal de Justiça (www.licitacoes-e.com.br) utiliza apenas valores monetários, o percentual da taxa de administração deverá ser registrada no referido sistema em reais (R\$), com no máximo duas casas decimais.

19.1.1.6.Exemplos: para uma taxa de administração de 5% (cinco por cento), deverá ser registrado no sistema o valor de R\$ 5,00 (cinco reais). Para uma taxa de administração de 0,9 % (nove décimos por cento), deverá ser registrado R\$ 0,90 (noventa centavos). Para uma taxa de administração de -1% (um por cento negativo), deverá ser registrado - R\$ 1,00 (menos um real).

19.1.2. Poderão participar da licitação os interessados que atendam às condições deste Termo de Referência e Edital, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte. Contudo, não se aplica, no presente certame, o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 4º, §§ 1º, I, e 3º, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativas expostas no Estudo Técnico Preliminar.

19.2. Será exigida do **PRESTADOR DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção da seguinte **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

19.2.1. Cartão do CNPJ;

19.2.2. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

19.2.3. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte; e

19.2.4. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade determinado, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

19.3. Será exigido da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção das seguintes **QUALIFICAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS**:

19.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

19.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do PRESTADOR DE SERVIÇOS;

19.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

19.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

19.3.3.1.1. Para os três índices mencionados, o resultado deverá ser maior que 1,00 (um), para comprovação da boa situação financeira, sendo que quanto maior o resultado melhor será a condição da empresa, conforme aplicação das seguintes fórmulas:

LC	Ativo Circulante / Passivo Circulante
LG	(Ativo Circulante + RLP) / (Passivo Circulante + PNC)

SG	Ativo Total / (Passivo Circulante + PNC)
----	--

19.3.3.1.2. As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, calculado com 02 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

19.3.3.1.3. Os índices financeiros solicitados acima são usualmente exigidos em certames licitatórios, portanto, a adoção dos índices não viola o caráter competitivo do certame, uma vez que não se vinculam à rentabilidade ou lucratividade dos licitantes, prestando-se tão somente à aferição da equilibrada situação financeira, constituindo-se em segurança para o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará na futura execução, sendo compatíveis com a complexidade exigida no objeto.

19.3.3.2. Patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação;

19.3.3.2.1. A exigência e escolha do percentual tem como objetivo assegurar que as empresas participantes possuam capacidade econômico-financeira para cumprir integralmente as obrigações exigidas em contrato ou instrumento equivalente. A medida é proporcional ao prazo de vigência do(s) mesmo(s), ao modo de contratação e ao objeto licitado.

19.3.3.2.2. A exigência visa promover um equilíbrio entre segurança contratual e competitividade, sem criar barreiras desnecessárias à participação de empresas qualificadas no certame. Dessa forma, é garantida uma contratação segura e viável, respeitando os princípios legais de razoabilidade e proporcionalidade.

19.3.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

19.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação mediante substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

19.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS.

19.4. Será exigida do **PRESTADOR DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção da seguinte **HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**:

19.4.1. As certidões de regularidade fiscal e trabalhista (Federal, FGTS, Trabalhista, Estadual, municipal);

19.5. Será exigido da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção das seguintes **QUALIFICAÇÕES TÉCNICO-OPERACIONAIS**:

19.5.1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o seu desempenho em serviços similares equivalentes a:

19.5.1.1. **Experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de**

períodos diferentes.

- 19.5.2. O(s) atestado(s), devidamente datado(s) e assinado(s), deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do emitente, devendo conter:
- 19.5.2.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição (CNPJ, endereço e contato);
 - 19.5.2.2. Local e data de emissão;
 - 19.5.2.3. Período da execução da atividade e quantitativo do objeto prestado.
- 19.5.3. Para efeito de aferição das comprovações estipuladas, serão aceitos os somatórios de atestados de capacidade técnica expedidos em nome da empresa licitante.
- 19.5.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa participante.
- 19.5.5. O PRESTADOR DO SERVIÇO disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo TJCE, cópia do contrato ou instrumento equivalente que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi prestado o serviço, entre outros documentos que possa requisitar.
- 19.5.6. Durante a seleção da empresa a ser contratada, poderão ser requeridos documentos comprobatórios das informações constantes no(s) atestado(s) de capacidade técnica. Considerar-se-ão documentos hábeis:
- 19.5.6.1. Cópias de atas de registros de preços e/ou contratos, caso o emitente seja órgão público;
 - 19.5.6.2. Cópias de notas fiscais, caso o emitente seja empresa privada ou de economia mista.

20. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 20.1. O custo estimado total da contratação, para o período de 36 (trinta e seis) meses, para fins de aplicação da menor taxa de administração, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 1.023.028,89 (um milhão, vinte e três mil, vinte e oito reais e oitenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos no Mapa de Preços em anexo.
- 20.2. Cumpre informar que todas as informações detalhadas sobre a composição dessa estimativa, incluindo os preços obtidos, fontes consultadas, cálculos aplicados, parâmetros adotados, metodologia utilizada para a obtenção do preço de referência e o mapa comparativo de preços, estão devidamente expostos no relatório de preços e demais documentos anexados ao presente documento, assegurando que os procedimentos técnicos seguiram os critérios estabelecidos no Manual de Pesquisa de Preços do TJCE.

21. CRITÉRIOS DE REAJUSTE

- 21.1. Em razão da natureza continuada do serviço e da vigência contratual de 36 (trinta e seis) meses, os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base vinculada ao orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 25, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se os reajustes subsequentes após igual período contado da data do último reajustamento concedido
- 21.2. O reajuste será aplicado mediante apostilamento, independentemente de termo aditivo, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

21.3. O reajuste será calculado com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por se tratar de índice oficial que reflete a variação geral de preços da economia, aplicável a contratos de prestação de serviços contínuos.

21.4. Na hipótese de extinção, descontinuidade ou substituição do índice indicado, será adotado o índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do setor de manutenção de sistemas eletromecânicos, mediante justificativa técnica e formalização por apostilamento.

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. A dotação relativa a esta licitação será indicada posteriormente pelo setor financeiro.

23. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

23.1. Lei nº 14.133/2021;

23.2. Resolução Nº 07/21, de 18 de fevereiro de 2021, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) – Institui o Plano Estratégico 2030 do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Fortaleza, data da assinatura eletrônica

Pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Kelson Rubens de Sousa Oliveira
Gerência de Aquisições e Suprimentos

Fábio Moraes da Silva
Serviço de Apoio Logístico

Patrícia Virgínia Davis Abreu Chaves
Diretoria de Administração



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MORAES DA SILVA, Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIRGINIA DAVIS ABREU CHAVES SILVA, Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELSON RUBENS DE SOUSA OLIVEIRA, Servidor**, em 06/08/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0849135** e o código CRC **5BC5BC43**.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO I DO TR – VALOR ESTIMADO

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PARA 36 MESES ESTIMADO PELO TJCE (S/ TAXA)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA ACEITA (%)	VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 36 MESES (C/ TAXA)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA COM MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, ENVOLVENDO A IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO DE GESTÃO DE FROTA, POR MEIO DE CARTÃO ELETRÔNICO COM CHIP OU CARTÃO COM TARJA MAGNÉTICA, A FIM DE VIABILIZAR O PAGAMENTO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO, JUNTO À REDE CREDENCIADA DE OFICINAS E CONCESSIONÁRIAS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL, FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS DA FROTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.	SERVIÇO	R\$ 996.456,71	2,67%	R\$ 1.023.028,89



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MORAES DA SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIRGINIA DAVIS ABREU CHAVES SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELSON RUBENS DE SOUSA OLIVEIRA**, **Servidor**, em 06/08/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0849141** e o código CRC **730F1149**.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO II DO TR – MUNICÍPIOS A SEREM ATENDIDOS

Nº	Município	Região	Observação
1	Abaíara	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
2	Acarape	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
3	Acaraú	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
4	Acopiara	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
5	Aiuaba	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
6	Alcântaras	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
7	Altaneira	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
8	Alto Santo	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
9	Amontada	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
10	Antonina do Norte	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
11	Apuiarés	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
12	Aquiraz – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
13	Aracati	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
14	Aracoiaba	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
15	Ararendá	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
16	Araripe	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
17	Aratuba	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
18	Arneiroz	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
19	Assaré	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
20	Aurora	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
21	Baixio	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
22	Banabuiú	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
23	Barbalha	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
24	Barreira	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
25	Barro	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
26	Barroquinha	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
27	Baturité	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
28	Beberibe	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
29	Bela Cruz	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
30	Boa Viagem	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
31	Brejo Santo	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
32	Camocim	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
33	Campos Sales	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
34	Canindé	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
35	Capistrano	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
36	Caridade	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
37	Cariré	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
38	Caririaçu	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
39	Cariús	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
40	Carnaubal	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)

41	Cascavel – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
42	Catarina	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
43	Catunda	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
44	Caucaia – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
45	Cedro	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
46	Chaval	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
47	Choró	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
48	Chorozinho – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
49	Coreaú	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
50	Crateús	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
51	Crato	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
52	Croatá	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
53	Cruz	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
54	Deputado Irapuan Pinheiro	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
55	Ereré	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
56	Eusébio – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
57	Farias Brito	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
58	Forquilha	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
59	Fortaleza - Capital	Capital	Atendida pelo item 7.2 (raio 10 km)
60	Fortim	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
61	Frecheirinha	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
62	General Sampaio	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
63	Graça	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
64	Granja	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
65	Granjeiro	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
66	Groaíras	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
67	Guaiúba – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
68	Guaraciaba do Norte	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
69	Guaramiranga	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
70	Hidrolândia	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
71	Horizonte – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
72	Ibaretama	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
73	Ibiapina	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
74	Ibicuitinga	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
75	Icapuí	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
76	Icó	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
77	Iguatu	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
78	Independência	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
79	Ipaporanga	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
80	Ipaumirim	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
81	Ipu	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
82	Ipueiras	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
83	Iracema	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
84	Irauçuba	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
85	Itaíçaba	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
86	Itaitinga – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
87	Itapajé	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
88	Itapipoca	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
89	Itapiúna	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
90	Itarema	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
91	Itatira	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)

92	Jaguaretama	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
93	Jaguaribara	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
94	Jaguaribe	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
95	Jaguaruana	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
96	Jardim	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
97	Jati	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
98	Jijoca de Jericoacoara	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
99	Juazeiro do Norte	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
100	Jucás	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
101	Lavras da Mangabeira	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
102	Limoeiro do Norte	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
103	Madalena	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
104	Maracanaú – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
105	Maranguape – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
106	Marco	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
107	Martinópolis	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
108	Massapê	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
109	Mauriti	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
110	Meruoca	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
111	Milagres	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
112	Milhã	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
113	Miraíma	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
114	Missão Velha	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
115	Mombaça	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
116	Monsenhor Tabosa	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
117	Morada Nova	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
118	Moraújo	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
119	Morrinhos	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
120	Mucambo	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
121	Mulungu	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
122	Nova Olinda	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
123	Nova Russas	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
124	Novo Oriente	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
125	Ocara	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
126	Orós	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
127	Pacajus – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
128	Pacatuba – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
129	Pacoti	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
130	Pacujá	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
131	Palhano	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
132	Palmácia	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
133	Paracuru	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
134	Paraipaba – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
135	Parambu	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
136	Paramoti	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
137	Pedra Branca	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
138	Penaforte	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
139	Pentecoste	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
140	Pereiro	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
141	Pindoretama – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
142	Piquet Carneiro	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
143	Pires Ferreira	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)

144	Poranga	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
145	Porteiras	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
146	Potengi	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
147	Potiretama	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
148	Quiterianópolis	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
149	Quixadá	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
150	Quixelô	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
151	Quixeramobim	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
152	Quixeré	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
153	Redenção	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
154	Reriutaba	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
155	Russas	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
156	Saboeiro	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
157	Salitre	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
158	Santa Quitéria	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
159	Santana do Acaraú	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
160	Santana do Cariri	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
161	São Benedito	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
162	São Gonçalo do Amarante – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
163	São João do Jaguaribe	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
164	São Luís do Curu – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
165	Senador Pompeu	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
166	Senador Sá	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
167	Sobral	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
168	Solonópole	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
169	Tabuleiro do Norte	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
170	Tamboril	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
171	Tarrafas	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
172	Tauá	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
173	Tejuçuoca	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
174	Tianguá	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
175	Trairi – Região Metropolitana	Região Metropolitana	Item 7.2 se dentro do raio 10 km, ou Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
176	Tururu	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
177	Ubajara	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
178	Umari	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
179	Umirim	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
180	Uruburetama	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
181	Uruoca	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
182	Varjota	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
183	Várzea Alegre	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)
184	Viçosa do Ceará	Interior	Sob demanda (item 6.4.1 e 7.1)

REDE CREDENCIADA	Após a assinatura do contrato de prestação dos serviços a empresa contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato a sua rede de oficinas credenciadas na Região Metropolitana de Fortaleza e no interior do Estado de Ceará.
CARTÕES ELETRÔNICOS	Deverá ser emitido um cartão eletrônico com chip ou cartão com tarja magnética para cada veículo.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO	A contratada deverá implantar serviço de administração e gerenciamento da manutenção da frota do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com o fornecimento de sistema informatizado, operacionalizado via browser.
---------------------------------	--



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MORAES DA SILVA, Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIRGINIA DAVIS ABREU CHAVES SILVA, Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELSON RUBENS DE SOUSA OLIVEIRA, Servidor**, em 06/08/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0849145** e o código CRC **2DDBB79C**.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO III DO TR – QUANTIDADE MÍNIMA DE OFICINAS CREDENCIADAS

MUNICÍPIOS		QTDE MÍNIMA OFICINAS	
		MOTOCICLETAS	CARROS
1	OFICINAS MECÂNICAS NUM RAIOS MÁXIMO DE 10 KM (DEZ QUILOMETROS) DA SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, SITUADO NA AV. GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA, CAMBEBA, CEP: 60.822-325, FORTALEZA/CE	5	8
2	AQUIRAZ	1	0
3	BOA VIAGEM	1	0
4	VIÇOSA DO CEARÁ	1	1
5	CAMOCIM	1	0



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MORAES DA SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIRGINIA DAVIS ABREU CHAVES SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELSON RUBENS DE SOUSA OLIVEIRA**, **Servidor**, em 06/08/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0849197** e o código CRC **85F2D6A6**.

Referência: Processo nº 8514333-22.2026.8.06.0000

SEI nº 0849197



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO IV – TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

Contrato ou Instrumento equivalente nº

Objeto da Demanda:

Por meio deste instrumento, a (nome da contratada) nomeia e constitui seu(sua) preposto(a), o(a) Sr.(a) (nome do/a preposto/a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº, para exercer a representação legal junto ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - TJCE, com poderes para receber ofícios, representar a contratada em reuniões e assinar respectivas atas - obrigando a contratada nos termos dela constantes, debater, ajustar e receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato ou Instrumento equivalente, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham, ou não, a abertura de processo administrativo ou prazo para a contratada responder, se defender ou tomar providências, e para representá-la nos demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato ou Instrumento equivalente acima identificado.

Local, DIA de MÊS de ANO

.....

(nome da contratada)

(nome e assinatura do representante legal – confirmar poderes no estatuto social ou procuração)

(qualidade do representante legal – sócio-gerente, diretor, procurador)

.....
(nome e assinatura do/a preposto/a)



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MORAES DA SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIRGINIA DAVIS ABREU CHAVES SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELSON RUBENS DE SOUSA OLIVEIRA**, **Servidor**, em 06/08/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0849220** e o código CRC **417C1A0E**.

Referência: Processo nº 8514333-22.2026.8.06.0000

SEI nº 0849220



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO V – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE Nº	XXX
OBJETO DA DEMANDA	XXX
FORNECEDORA	XXX
CNPJ	XXX
Nº DA NE	XXX
Nº DA OS	XXX
DATA DA EMISSÃO	XXX

Por este instrumento, fica registrado que foram recebidos provisoriamente na presente data os seguintes itens descritos abaixo e serão objeto de avaliação técnica quanto à adequação da entrega.

- XXXXXX

- XXXXXX

Ressaltamos que o recebimento definitivo para ateste de recebimento ocorrerá somente após a verificação e confirmação de atendimento dos requisitos e demais condições contratuais, especialmente as especificações constantes no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico e Contrato ou Instrumento equivalente acima identificados.

Fortaleza, DIA de MÊS de ANO

Nome do Representante do TJCE

Matrícula: xxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MORAES DA SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIRGINIA DAVIS ABREU CHAVES SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELSON RUBENS DE SOUSA OLIVEIRA**, **Servidor**, em 06/08/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0849250** e o código CRC **E836BA0C**.

Referência: Processo nº 8514333-22.2026.8.06.0000

SEI nº 0849250



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERENCIA DE AQUISIÇÕES E SUPRIMENTOS DA SEADI**

ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE Nº	XXX
OBJETO DA DEMANDA	XXX
FORNECEDORA	XXX
CNPJ	XXX
Nº DA NE	XXX
Nº DA OS	XXX
DATA DA EMISSÃO	XXX

Por este instrumento, fica registrado que os itens recebidos provisoriamente na data de XX/XX/XXXX correspondentes ao Contrato, nota de empenho e ordem de serviço acima identificada(o) atendem às condições contratuais, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais não há incidência de descontos por desatendimento dos Instrumentos de Medição de Resultados (IMR), desta forma, não foram identificadas inconformidades que ensejam glosas.

OU

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais há incidência de descontos por desatendimento dos Instrumentos de Medição de Resultados (IMR), foram identificadas inconformidades que ensejam glosas, merecendo aplicação do XXXXX a ser considerado no próximo XXXX, e sanções, que reclamada a instrução em processo administrativo próprio.

Pelo analisado, o valor a liquidar correspondente ao recebimento ora confirmado é de R\$ XX.XXX,XX (XXX).

Fortaleza, DIA de MÊS de ANO

Nome do Representante do TJCE – FISCAL

Matrícula: xxxxxx

Caso a movimentação dos itens tenha se dado apenas por nota de simples remessa, AUTORIZA-SE a **FORNECEDORA** apresentar as notas fiscais dos itens ora recebidos em definitivo no valor bruto de R\$ XX.XXX,XX (XXX), merecendo ainda os destaques fiscais impostos.

Nome do Representante do TJCE - Gestor

Matrícula: xxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MORAES DA SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIRGINIA DAVIS ABREU CHAVES SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELSON RUBENS DE SOUSA OLIVEIRA**, **Servidor**, em 06/08/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0849260** e o código CRC **A354EB86**.

Referência: Processo nº 8514333-22.2026.8.06.0000

SEI nº 0849260



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO VII DO TR – IMR

INDICADORES	
1	Preposto da Contratada
2	Sistema de Manutenção
3	Execução dos Serviços

Indicador nº 01 – Preposto da Contratada		
Finalidade	Garantir Preposto na gestão do contrato: Assegurar atendimento regular, comunicação eficiente e disponibilidade do preposto durante a execução contratual.	
Meta a cumprir	Manter Preposto durante todo o período de execução contratual, atendendo a todos os critérios/exigências contratuais para a função, garantindo sua substituição eventual ou definitiva, sempre que necessário (o substituto deverá atender integralmente, aos mesmos critérios/exigências contratuais).	
Instrumento de Medição	Fiscalização Contratual	
Forma de acompanhamento	Visual, pelo Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período de contrato: Retorno de informações a CONTRATADA.	
Início da vigência	Data de assinatura do contrato.	
	Preposto deixar de responder e-mails da Contratante pelo período de 03 dias úteis	0,5 ponto por dia.
	Preposto deixar de responder e-mails pelo período de 10 dias corrido.	1,0 ponto por dia.
	Preposto não compareceu as reuniões agendadas, sem dar justificativa prévia.	2,0 pontos por dia.

Ocorrências/ pontuação	Em caso de mudança de preposto, a não formalização do preposto substituto por e-mail	2,0 pontos por dia.
Faixa de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

Indicador nº 02: Sistema de Manutenção		
Finalidade	Assegurar o funcionamento adequado do sistema informatizado, e se o caso, ajustar, a pedido do contratante	
Meta a cumprir	Durante todo o período de execução contratual, havendo possíveis substituições de veículos, realizar/autorizar atualizações constantes.	
Instrumento de Medição	Fiscalização Contratual	
Forma de acompanhamento	Visual, pelo Fiscal do contrato, e responsável pelo setor.	
Periodicidade	Diária	
Mecanismo de cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período de contrato.	
Início da vigência	Data de assinatura do contrato.	
Ocorrências/ pontuação	Inoperância do sistema inferior a 6h	0,5 ponto por dia.
	Inoperância do sistema entre a 6h e 12h	0,5 ponto por dia.
	Inoperância superior a 12h (sem paralisação total)	1,0 ponto por dia.
	Sistema fora do ar impedindo manutenções urgentes	2,0 pontos por dia.
	Informações de veículos desatualizadas	2,0 pontos por dia.
Faixa de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

Indicador nº 03: Execução dos Serviços		
Finalidade	Garantir que a rede credenciada atenda adequadamente às necessidades do TJCE.	
Meta a cumprir	100% de qualidade na execução dos serviços contratados.	
Instrumento de Medição	Conferência local.	
Forma de acompanhamento	Visual, pelo Fiscal do contrato e responsável pelo setor.	
Periodicidade	Diária.	
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências/ pontuação	Não atendimento às solicitações efetuadas pela gestão e fiscalização do contrato	0,5 ponto por dia.
	Constar estabelecimentos credenciados no sistema, mas fisicamente não atende aos serviços	2,0 pontos por dia.
	Credenciar postos informados pela contratada, no período de 5 dias, caso de recusa, justificar.	2,0 pontos por dia.
	Deixar de enviar as solicitações para pagamento, referente ao mês anterior, superior a dias úteis.	0,5 ponto por dia.
Faixa de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

PONTOS	DESCONTOS APLICADO
2,0 a 5,0	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
5,1 a 8,0	1% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
8,1 a 11,0	2% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
11,1 a 14,0	3% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
14,1 a 16,0	4% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
16,1 a 20,0	5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
20,1 a 25,0	7% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
25,1 a 30,0	10% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência

Observações	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
Para aferição e anotação de resultados, o Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:	

INDICADOR:	01	02	03
Nº PROCESSO:	()	()	()
Nº CONTRATO:	()	()	()
PARTES CONTRATUAIS:	()	()	()
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	()	()	()
DATA DA OCORRÊNCIA:	()	()	()
FATOR PERCENTUAL:	()	()	()
REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:	()	()	()
CONCEITO:	()	()	()
DESCRIÇÃO	Para fins de medição dos serviços prestados no mês de XXXX, informo que não foram identificados descumprimentos contratuais, de modo que não/ou há ocorrências a serem registradas no período de aferição.		



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MORAES DA SILVA, Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIRGINIA DAVIS ABREU CHAVES SILVA, Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELSON RUBENS DE SOUSA OLIVEIRA, Servidor**, em 06/08/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0849271** e o código CRC **D262B447**.

**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO VIII - MAPA DE RISCOS

Contratação de empresa especializada nos serviços de administração e gerenciamento de frota com manutenção dos veículos

DESCRIÇÃO DO RISCO	PRINCIPAIS CAUSAS POSSÍVEIS	PROBABILIDADE	IMPACTO	CLASSIFICAÇÃO DO RISCO	AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL PELA PREVENÇÃO E PELO RISCO	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL PELO CONTINGENCIAMENTO
Especificação da demanda	Ausência de expertise técnica do demandante e/ou de equipe de planejamento	Possível – Valor 2	Alto – Valor 3	Risco Elevado Somatório de Valor 5	Reuniões periódicas da equipe de planejamento com a área demandante ou setor técnico responsável Pesquisa prévia junto ao mercado para saber as soluções, características e exigências mais apropriadas para em face às necessidades da Administração. Detalhar minuciosamente as especificações técnicas no Termo de Referência	Unidade demandante/ Equipe de Planejamento	Consultar fornecedores com experiência anterior para revisão de especificações	Unidade demandante/ Equipe de Planejamento
Não disponibilidade orçamentária	Ausência de disponibilidade orçamentária	Remota – Valor 1	Alto – Valor 3	Risco Moderado Somatório de Valor 4	Conscientizar a gestão da importância na contratação	Unidade demandante/ Equipe de Planejamento	Redimensionar a contratação para atender à necessidade da Administração com menor custo.	SEADI/ Unidade demandante

Atraso no processo administrativo de planejamento	Alta demanda nos processos de contratação	Possível – Valor 2	Médio – Valor 2	Risco Moderado Somatório de Valor 4	Planejar e acompanhar as etapas do processo de planejamento	Equipe de Planejamento	Atuar junto as áreas onde esteja ocorrendo os atrasos de forma a superar os gargalos identificados	Unidade demandante/ Equipe de Planejamento
Utilização de condições de habilitação potencialmente restritivas competitividade	Formulação da condição de habilitação inconsistente com as especificações do mercado	Remota – Valor 1	Alta – Valor 3	Risco Moderado Somatório de Valor 4	Exigir somente condições de habilitação essenciais à seleção de fornecedores com boa capacidade de execução do objeto	Equipe de Planejamento	Realizar, sempre que legalmente possível, diligências para que o licitante apresente documentos preexistentes que comprovem sua capacidade técnica.	Equipe de Planejamento
Solução de mercado inexistente	Produto ou serviço com especificação errônea ou fruto de inovação	Remota – Valor 1	Baixa – Valor 1	Risco Baixíssimo Somatório de Valor 2	Realizar o levantamento de mercado para verificação de outras soluções de mercado disponíveis	Unidade demandante/ Equipe de Planejamento	Retirar do procedimento eventuais características que impeçam a ampla competição	Unidade demandante/ Equipe de Planejamento
Fracasso da Contratação	Desconhecimento do mercado, condições excessivas no Termo de Referência; Comprometimento do desenvolvimento das ações técnicas futuras.	Remota – Valor 1	Alto – Valor 3	Risco Moderado Somatório de Valor 4	Realizar uma análise detalhada do mercado antes da elaboração do Termo de Referência; Consultar especialistas externos para obter insights sobre as melhores práticas e condições realistas.	Unidade demandante/ Equipe de Planejamento	Formar um grupo de trabalho com conhecimento técnico e experiências.	Unidade demandante/ Equipe de Planejamento
Qualidade Insatisfatória do serviço	Fornecedor não atende às necessidades do órgão.	Possível – Valor 2	Médio – Valor 2	Risco Moderado Somatório de Valor 4	Realizar consulta prévia ao mercado. Ter cláusula de exigência de catálogo e/ou amostra.	Equipe de Planejamento	Definir critérios nos estudos técnicos, Termo de Referência e Edital.	Equipe de planejamento e Fiscais do Contrato
Fornecedor Não Confiável	Falta de referências do fornecedor; Instabilidade financeira da empresa fornecedora.	Possível – Valor 2	Alto – Valor 3	Risco Elevado Somatório de Valor 5	Realizar uma análise detalhada do histórico do fornecedor. Exigir referências comerciais; Verificar a estabilidade financeira por meio de análises de balanços.	Agente de contratação	Estabelecer cláusulas flexíveis que permitam tanto a substituição rápida do fornecedor, quanto a possibilidade de sanção como forma de prevenção e mitigação de riscos	Equipe de planejamento e Fiscais do Contrato

Atraso na entrega do objeto da contratação	Contratada inobservou prazos ou especificações de entrega	Possível – Valor 2	Alto – Valor 3	Risco Elevado Somatório de Valor 5	Exigir cronograma detalhado e multas contratuais por atraso. Fazer constar no TR as condições e multas referentes ao atraso da entrega	Unidade demandante/ Equipe de Planejamento	Ter fornecedores alternativos mapeados para suprir em caso de falha. Prorrogar o prazo de entrega nos casos previstos no Termo de Referência	Responsáveis pela fiscalização do objeto
Prejuízo orçamentário para Administração	Rescisão Contratual por inexecução do objeto; Prejuízo para a instituição e para o setor demandante.	Possível – Valor 2	Alto – Valor 3	Risco Elevado Somatório de Valor 5	Garantir que o contrato seja elaborado de maneira clara e detalhada, incluindo todos os requisitos, prazos e expectativas; Especificar claramente os critérios de desempenho e as metas a serem alcançadas.	Equipe de Planejamento	Avaliar a execução contratual assiduamente.	Equipe de planejamento e Fiscais do Contrato
Variação de Preços no Mercado	Flutuações econômicas; Mudanças nas taxas de câmbio.	Provável – Valor 3	Alto – Valor 3	Risco Extremo Somatório de Valor 6	Monitorar indicadores econômicos e estabelecer estratégias	Fiscais e Gestores do Contrato	Estabelecer cláusula de Reajustamento de preços; Realizar readequação do planejamento; determinar ajustes nos cronogramas; aplicar sanções administrativas, se cabível; extinção do contrato, se cabível.	Unidade responsável pela elaboração de cláusulas contratuais e Fiscais do Contrato
Aumento Súbito na Demanda	Eventos inesperados	Possível – Valor 2	Alto – Valor 3	Risco Elevado Somatório de Valor 5	Estabelecer estratégias, integrando as mais variadas Unidades	Fiscais e Gestores do Contrato	Negociar prazos, readequar cronogramas	Fiscais do contrato
Não cumprimento das exigências descritas no Termo Referência	Inobservância dos itens do TR pela contratada, assim como falta de sólida fiscalização por parte da área responsável no órgão	Possível – Valor 2	Alto – Valor 3	Risco Elevado Somatório de Valor 5	Constar no TR de forma clara e objetiva que os itens inconformes serão rejeitados e que a empresa fornecedora poderá sofrer sanções.	Fiscais e Gestores do Contrato	Analisar de forma minuciosa os itens durante seu recebimento, observando prazos e qualidade, conforme as cláusulas contratuais, além de iniciar apuração de eventual falta por parte da contratada	Fiscais do contrato

Superfaturamento de Peças e Serviços de Manutenção	Tabela de preços de peças desatualizada, ausência de checagem do valor praticado no mercado pela rede credenciada ou falta de parâmetro oficial.	Possível – Valor 2	Muito Alto – Valor 4	Risco Muito Elevado Somatório de Valor 6	Obrigatoriedade de pesquisa prévia de mercado por parte do contratante, para verificação da viabilidade de preços e demais condições, podendo ter integração do sistema da gerenciadora com tabelas oficiais de preços (Audatex/Montadoras).	Fiscal Técnico / Gestor do Contrato	Contraproposta, pedido de orçamentação com outras oficinas ou até a rejeição automática do orçamento no sistema, abertura de auditoria na oficina credenciada e, se necessário, glosa do valor cobrado a maior.	Fiscal Técnico / Gestor do Contrato
Orçamentos Simulados ou Serviços Desnecessários	Conluio entre oficinas credenciadas e condutores/gestores ou inclusão de peças/mão de obra não necessárias no orçamento.	Improvável – Valor 1	Alto – Valor 3	Risco Médio Somatório de Valor 4	Exigência de laudo fotográfico/vídeo da peça avariada anexado ao sistema e vistoria técnica presencial/remota amostral antes da autorização.	Fiscal Técnico / Unidade Demandante	Solicitação de segunda opinião/orçamento em outra oficina credenciada e instauração de processo apuratório de penalidade.	Fiscal Técnico / Gestor do Contrato
Rede Credenciada Insuficiente ou Indisponível Estado	Repasse em atraso da gerenciadora para as oficinas, desc credenciamento em massa ou baixa cobertura nas regiões exigidas.	Possível – Valor 2	Alto – Valor 3	Risco Elevado Somatório de Valor 5	Fixação de quantitativo mínimo de oficinas e postos credenciados por região no Termo de Referência, com comprovação periódica da rede ativa.	Gestor do Contrato / Equipe de Planejamento	Notificação sumária da contratada para credenciamento de novas oficinas dentro de prazo pactuado, sob pena de notificação e/ou aplicação de multa.	Gestor do Contrato

Critérios para avaliação e classificação de impactos de riscos

IMPACTO	DEFINIÇÕES ADOTADAS PARA CLASSIFICAÇÃO
Alto	Coloca pessoas em Risco Físico, e/ou Consiste em prática possivelmente interpretada como ilícita, e/ou Compromete imediatamente atividades-fim do TJCE.
Médio	Coloca patrimônio em Risco, e/ou Pode ser interpretada como prática ilícita, e/ou Compromete imediatamente atividades-meio ou certamente a médio/longo prazo atividades-fim do TJCE.
Baixo	Compromete fluxo de procedimentos; e/ou Retarda processos internos; e/ou Outro risco não enquadrado nas demais classificações.

Critérios para avaliação e classificação de probabilidades de riscos

PROBABILIDADE	DEFINIÇÕES ADOTADAS
---------------	---------------------

Provável	Quase certo que acontece. Existem condições históricas de repetição ou de elementos combinados no momento que indicam que deve ocorrer.
Possível	Se repete a intervalos de tempo ou de atos que despertam o risco ("gatilhos").
Remota	Não mantém repetição monitorável ou previsível e sua ocorrência é rara. Para ocorrer, precisa combinar situações excepcionais.

Matriz ilustrada de riscos

Probabilidade – Impacto	Provável Valor 3	Possível Valor 2	Remota Valor 1
Alto Valor 3	Risco Extremo Somatório de Valor 6	Risco Elevado Somatório de Valor 5	Risco Moderado Somatório de Valor 4
Médio Valor 2	Risco Elevado Somatório de Valor 5	Risco Moderado Somatório de Valor 4	Risco Baixo Somatório de Valor 3
Baixo Valor 1	Risco Moderado Somatório de Valor 4	Risco Baixo Somatório de Valor 3	Risco Baixíssimo Somatório de Valor 2



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MORAES DA SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA VIRGINIA DAVIS ABREU CHAVES SILVA**, **Gestor de Unidade**, em 06/08/2026, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KELSON RUBENS DE SOUSA OLIVEIRA**, **Servidor**, em 06/08/2026, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0849535** e o código CRC **6A5C7025**.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MAPA DE PREÇOS

PLANILHA 1 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	NOME	VALOR UNIT. (PORTAL DE COMPRAS DO ESTADO DO CEARÁ)	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)	VALOR UNIT. (OUTROS ENTES PÚBLICOS)	VALOR UNIT. (SITE DOMÍNIO AMPLIO)	PESQUISA NA BASE NACIONAL DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS	SOLICITAÇÃO FORMAL DE COTAÇÃO (FORNECEDORES)	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO ESTIMADO CALCULADO	QUANTIDADE	UNIDADE	TOTAL
1	SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E	-	-	-	-	-	3,00%	2,67%	-	2,67%	1	UNIDADES	2,67%
		-	-	-	-	-	2,00%		-				
	GERENCIAMENTO DE FROTA, COM MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS	-	-	-	-	-	3,00%		-				
MÉDIA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO													2,67%

PLANILHA 2 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS (MÉDIA % BANCO DE PREÇOS)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	VALOR PARA 36 MESES ESTIMADO PELO TJCE	VALORES ESTIMADOS PARA A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO						TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÉDIA	VALOR TOTAL ESTIMADO COM TAXA DE ADM PARA 36 (TRINTA E SEIS) MESES
			EMPRESA A		EMPRESA B		EMPRESA C			
			TAXA ADM	VALOR PARA 36 MESES	TAXA ADM	VALOR PARA 36 MESES	TAXA ADM	VALOR PARA 36 MESES		
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA COM MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, ENVOLVENDO A IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO DE GESTÃO DE FROTA, POR MEIO DE CARTÃO ELETRÔNICO COM CHIP OU CARTÃO COM TARJA MAGNÉTICA, A FIM DE VIABILIZAR O PAGAMENTO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO, JUNTO À REDE CREDENCIADA DE OFICINAS E CONCESSIONÁRIAS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL, FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS DA FROTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.	R\$ 996.456,71	3,00%	R\$ 1.026.350,41	3,00%	R\$ 1.026.350,41	2,00%	R\$ 1.016.385,84	2,67%	R\$ 1.023.028,89
VALOR TOTAL			R\$ 1.026.350,41		R\$ 1.026.350,41		R\$ 1.016.385,84		R\$ 1.023.028,89	

OBSERVAÇÕES

O CÁLCULO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS/MATERIAIS CONSTANTES NESTA PLANILHA LEVOU EM CONTA QUE:

a) Planilha 1 – Taxa de Administração – Preços colhidos através de contatos com fornecedores.

b) Planilha 2 – Serviços de administração e gerenciamento de frota, com manutenção dos veículos – VALOR ANUAL R\$ - TAXA (%) BANCO DE PREÇOS

c) Pela limitação da plataforma banco de Preços adotou-se no Relatório de pesquisa de preços valores unitários e totais em R\$, sendo que para transposição desses valores na representação dos centavos/percentual, foram considerados os valores até a centésima parte do real, ou seja, até a segunda casa decimal.

d) No que se refere ao arredondamento do centavo/percentual, foi realizado quando a milésima parte do real foi superior a 50% de R\$ 0,01 (um centavo de real).

Cilene Costa dos Santos

Gerente de Aquisições e Suprimentos



Documento assinado eletronicamente por **CILENE COSTA DOS SANTOS, Gestor de Unidade**, em 07/08/2026, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0849572** e o código CRC **A5F0CF52**.